

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia, compreendendo o levantamento arquitetônico de edificações, com a elaboração de desenhos técnicos, incluindo planta baixa, cortes e fachadas, bem como a elaboração de Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).

DESPACHO DECISÓRIO DA PREGOEIRA

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2025, apresentada por Ariosvaldo do Nascimento Junior, na qual se questiona a exigência editalícia de registro exclusivo no CREA ou CRT como requisito de qualificação técnica, sob o argumento de que tal exigência restringe indevidamente a participação de profissionais e empresas regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

O impugnante sustenta que as atividades descritas no objeto licitado levantamento arquitetônico, representação gráfica de edificações e elaboração de projetos, inclusive o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), estão inseridas nas atribuições legais dos arquitetos e urbanistas, conforme a Lei nº 12.378/2010, não havendo fundamento legal para exclusividade de registro junto ao CREA ou CRT.

A impugnação foi apresentada dentro do prazo legal, sendo portanto conhecida nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

É o breve relatório.

DECISÃO

Considerando:

- As atividades previstas no objeto licitado se enquadram nas atribuições legais dos arquitetos e urbanistas, conforme dispõe a Lei nº 12.378/2010;
- Não há previsão legal que atribua exclusividade ao CREA ou CRT para execução dos serviços descritos no edital;
- A elaboração do PSCIP não constitui atividade privativa de engenheiros, sendo admitida, inclusive pelos Corpos de Bombeiros Estaduais, a

responsabilidade técnica de arquitetos mediante Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;

- A exigência de registro exclusivo no CREA/CRT viola os princípios da isonomia e da competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao restringir a participação de profissionais legalmente habilitados;
- A manutenção da cláusula impugnada compromete o caráter competitivo do certame, em afronta às normas gerais de licitação.

DECIDO:

- As atividades previstas no objeto licitado se enquadram nas atribuições legais dos arquitetos e urbanistas, conforme dispõe a Lei nº 12.378/2010;
- Não há previsão legal que atribua exclusividade ao CREA ou CRT para execução dos serviços descritos no edital;
- A elaboração do PSCIP não constitui atividade privativa de engenheiros, sendo admitida, inclusive pelos Corpos de Bombeiros Estaduais, a responsabilidade técnica de arquitetos mediante Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;
- A exigência de registro exclusivo no CREA/CRT viola os princípios da isonomia e da competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao restringir a participação de profissionais legalmente habilitados;
- A manutenção da cláusula impugnada compromete o caráter competitivo do certame, em afronta às normas gerais de licitação.

Diante disso, o setor jurídico manifestou-se pelo **DEFERIMENTO da impugnação**, com recomendação expressa de retificação do edital.

Bom Jardim de Minas, 10 de fevereiro de 2026.

Rafaela Oliveira da Silva
Pregoeira